

RECURSO ESPECIAL Nº 1.830.681 - RJ (2019/0231932-5)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : A M V
ADVOGADO : CARLOS MAGNO RAMOS FIUZA - RJ162093
RECORRIDO : R R R
AGRAVANTE : R R R
ADVOGADO : PEDRO EZIEL CYLLENO NETO - RJ145712
AGRAVADO : A M V
ADVOGADO : CARLOS MAGNO RAMOS FIUZA - RJ162093

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 489 DO CPC. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. REEXAME DO SUPORTE FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PREJUDICADA.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do art. 489 do CPC quando a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, ainda que em sentido contrário à pretensão do recorrente.

2. "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*" (Súmula 211/STJ).

3. A reapreciação do suporte fático-probatório dos autos é vedada nesta Corte, pelo óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

4. Não se pode conhecer do recurso pela alínea *c* do permissivo constitucional, uma vez que, aplicada a Súmula 7/STJ, resta prejudicada a divergência jurisprudencial, pois as conclusões divergentes decorreriam das circunstâncias específicas de cada processo e não do entendimento diverso sobre uma mesma questão legal.

5. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por AMV, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE ALUGUEL. POSSIBILIDADE. PATRIMÔNIO COMUM DO CASAL. POSSE EXCLUSIVA DE UM DOS EX-CÔNJUGES APÓS PARTILHA EM DIVÓRCIO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. MODIFICAÇÃO.

1. Trata-se de ação em que a parte autora requer a fixação de aluguel mensal correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor de mercado do imóvel comum às partes, atualmente ocupado exclusivamente pela ré, e a cessação da obrigação do autor quanto ao pagamento da água, luz e condomínio, ou a desocupação do imóvel.

2. A despeito do entendimento manifestado pelo magistrado de piso, *data venia*, não há no acordo de divórcio entre as partes assunção de compromisso pelo apelante no sentido de que a ré poderia permanecer indefinidamente no imóvel, sem qualquer tipo de compensação, até mesmo porque é evidente que as partes pretendiam vender o bem imediatamente, fixando a data da venda como limite para as disposições do acordo.

3. A jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça e deste E. Tribunal de Justiça tem se posicionado no sentido de que, após a separação ou divórcio, é permitido a um dos ex-cônjuges exigir, a título de indenização, a parcela correspondente à metade da renda de um aluguel presumido, se houver a posse, uso e fruição exclusiva do imóvel por um deles.

4. A situação dos precedentes é análoga à do caso em tela, portanto cabível a pretensão autoral de arbitramento de aluguel mensal proporcional à sua fração, como pleiteado.

5. O pedido de cessação da obrigação do autor quanto ao pagamento da água, luz e condomínio, do referido bem, não merece acolhimento, uma vez que há acordo expresso das partes sobre tal obrigação, devendo ser mantida nos termos pactuados, até a venda do imóvel. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO (fl. 755).

Opostos embargos de declaração por ambas as partes, foram rejeitados.

Em suas razões recursais, aponta o recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto nos arts. 240 e 489 do Código de Processo Civil; 884, 1.319 e 1.326 do Código Civil.

Sustenta, em síntese: (a) nulidade do acórdão recorrido, pois, não obstante a oposição de embargos de declaração, os vícios apontados não foram sanados; (b) a data da citação como termo inicial do arbitramento de aluguéis decorrente do uso exclusivo de bem imóvel pela parte contrária.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 936-980.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 1.003-1.006).

É o relatório. Decido.

2. Não há violação ao art. 489 do CPC quando a Corte de origem aprecia a questão de maneira fundamentada, apenas não adotando a tese do recorrente.

3. Constata-se a falta de prequestionamento no tocante à indicada afronta aos arts. 884, 1.319 e 1.326 do Código Civil. Aplica-se, à espécie, a Súmula 211/STJ:

"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*".

4. Ao julgar os embargos de declaração, o Tribunal de origem, pautado nos elementos de prova constantes dos autos, preconizou que foram feitas concessões de ambos os lados, assim decidindo no tocante ao termo inicial dos aluguéis:

Com efeito, o caso em comento gerou intensa controvérsia entre as partes, pois conquanto no acordo de divórcio, homologado em 13 de junho 2012, não exista assunção expressa de compromisso pelo apelante no sentido de que a ré poderia permanecer indefinidamente no imóvel, sem qualquer tipo de compensação, **vislumbra-se pela narrativa das partes e pelos demais elementos envolvendo o pacto de divórcio que foram feitas concessões de ambos os lados**, bem como assumidos outros compromissos para a venda do imóvel, inclusive com fixação de preço mínimo, que permitem concluir que havia uma expectativa das partes acerca da iminência de venda do imóvel que, por conseguinte, ensejou a omissão do autor quanto à fixação de contraprestação pelo uso exclusivo do imóvel pela ré até a venda, e gerou para a ré a legítima expectativa de permanência sem custos até a data da venda.

Tão legítima era a expectativa da parte ré que o magistrado singular acolheu sua tese defensiva, julgando improcedente o pedido, ao fundamento de que no acordo de divórcio das partes fora garantido à ré sua permanência no imóvel pertencente a ambos em condomínio, sem pagamento de qualquer quantia a título de aluguel, até que o mesmo fosse vendido. Sustentou ainda o magistrado a aplicação do instituto da *supressio*, considerando que o longo lapso temporal sem qualquer cobrança gerou a legítima expectativa da continuidade do acordo.

Logo, caracterizadas a controvérsia sobre a pretensão autoral e a legítima expectativa da ré no sentido da inexistência de obrigação de pagamento de verba a título de aluguel, restou configurada também hipótese em que a constituição em mora da ré decorreu tão somente da conclusão jurídica construída no acórdão embargado, que reconheceu a razoabilidade do pleito a partir da data do *decisum*, não por conta de direito pré-existente da parte autora, não se afigurando razoável reconhecer a mora a partir da citação, sob pena inclusive de ofensa ao princípio da não surpresa (fl. 803).

Para se concluir de modo diverso, seria necessária a reapreciação do suporte fático-probatório dos autos. Incide, por conseguinte, o óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Outrossim, não se pode conhecer do recurso pela alínea *c* do permissivo constitucional, uma vez que, aplicada a Súmula 7/STJ, resta prejudicada a divergência jurisprudencial, pois as conclusões divergentes decorreriam das circunstâncias específicas de cada processo e não do entendimento diverso sobre uma mesma questão legal. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. No presente caso, o Tribunal de origem, amparado no acervo fático-probatório dos autos, concluiu que a recorrente não comprovou que o atraso na entrega do imóvel decorreu de caso fortuito ou força maior e reconheceu o dever de indenizar por danos morais. Assim, alterar o entendimento do acórdão recorrido demandaria, necessariamente, reexame de fatos e provas, o que é vedado em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.

2. No que diz respeito a interposição do presente recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, importa consignar que para a configuração do dissídio jurisprudencial faz-se necessária a indicação das circunstâncias que identifiquem as semelhanças entre o aresto recorrido e o paradigma, de modo que não se pode conhecer do recurso pela alínea c, uma vez que, aplicada a Súmula 7/STJ quanto à alínea a, fica prejudicada a divergência jurisprudencial, pois as conclusões divergentes decorreriam das circunstâncias específicas de cada processo e não do entendimento diverso sobre uma mesma questão legal.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1155758/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 09/04/2019, DJe 16/04/2019).

5. Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator